



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570543 - SP (2020/0079633-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUILHERME DINIZ BARBOSA - SP308865
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS APARECIDO IZABEL JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CARLOS APARECIDO IZABEL JUNIOR contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 1500173-81.2019.8.26.0226).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 157, § 2º, inciso II e § 2º - A, inciso I, do Código Penal, à pena de 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, em regime fechado, bem como ao pagamento de 21 dias-multa (e-STJ fls. 11/21).

Interposta apelação, o Tribunal local deu parcial provimento ao recurso, redimensionando a pena para 6 anos, 8 meses de reclusão, mantidos os demais termos da condenação. Segue a ementa do acórdão (e-STJ fls. 22/25):

Apelação Criminal. Roubo majorado. Apela a defesa objetivando a absolvição ante a insuficiência probatória. Subsidiariamente, requer o afastamento da causa de aumento do emprego de arma de fogo, a aplicação de apenas uma das majorantes, nos termos do art. 68, parágrafo único, do Código Penal, bem como a fixação do regime inicial semiaberto para cumprimento da pena. Incabível a absolvição. Autoria e materialidade comprovadas. Relato da vítima corroborado pelas demais provas produzidas. Emprego de arma de fogo demonstrado pelo depoimento da vítima. Dosimetria comporta reparos. Causas de aumento (concurso de agentes e emprego de arma de fogo) sopesadas em conformidade com o artigo 68, parágrafo único, do Código Penal. Regime fechado prevalece incólume, em razão das circunstâncias gravosas do fato. Recurso parcialmente provido, por maioria de votos, para reduzir a pena, vencido o Relator sorteado que negava provimento.

No presente *writ* (e-STJ fls. 3/7), a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que houve o reconhecimento da majorante da

arma de fogo, ainda que ela não tenha sido apreendida e periciada. Argumenta que a palavra da vítima não pode ser o único elemento nos autos para comprovar a existência da majorante.

Se insurge, ainda, quanto ao regime inicial fixado. Aponta que, tendo em vista que a pena é inferior a 8 anos e o paciente é primário e não ostenta maus antecedentes, o regime intermediário se mostra mais adequado.

Dessa forma, requer, na liminar e no mérito, o redimensionamento da pena e a fixação do regime inicial semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

Não obstante as razões constantes da petição inicial, a impetrante, defensoria pública, não juntou aos autos cópia integral do acórdão que julgou a apelação, documento imprescindível para a análise de eventual ilegalidade. Conforme se verifica, a parte do acórdão que consta nos autos não demonstra o que o Tribunal local alegou em relação às insurgências apresentadas neste *writ*.

Ressalta-se que o rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente. Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma. (Súmula n.º 182 desta Corte).

2. Cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 23/4/2015).

PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É possível receber o pedido de reconsideração como agravo regimental, dada a identidade do prazo recursal e a inexistência de erro grosseiro.

2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como

escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

3. Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.

4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido. (RCD no RHC 54.626/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 2/3/2015).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA IMPETRAÇÃO. ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU O PEDIDO DE LIMINAR NO WRIT ORIGINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 691 DO STF. EXCEPCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA. SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO DO MÉRITO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NOVO TÍTULO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APRESENTAÇÃO POSTERIOR DE DOCUMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E VEDAÇÃO DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

I - Nos termos do art. 210, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado a indeferir liminarmente pedido manifestamente incabível, quando manifesta a incompetência do Tribunal para dele conhecer originariamente, ou for reiteração de outro com os mesmos fundamentos.

II - Incabível habeas corpus contra indeferimento de medida liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, sob pena de indevida supressão de instância (Súmula n. 691 do STF). Precedentes.

III - A expedição de novo provimento judicial, de cognição exauriente, prejudica os fundamentos invocados pelo Paciente, visto que não foram objeto de insurgência na presente ação mandamental impetrada contra o indeferimento do pedido de liminar. Precedentes.

IV. O conhecimento do writ pressupõe prova pré-constituída do direito pleiteado, revelando-se impossibilitada a dilação probatória. Precedentes.

V - A decisão agravada não merece reparos, porquanto proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

VI - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no HC 291.856/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Quinta Turma, DJe 12/5/2014).

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator